

Travestilidade, transexualidade e demandas para a formação de terapeutas ocupacionais

Jaime Daniel Leite Junior^a, Roseli Esquerdo Lopes^b

^aDepartamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, Brasil.

^bDepartamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

Resumo: Neste artigo apresenta-se um estudo exploratório realizado junto aos cursos de graduação em terapia ocupacional das universidades públicas do estado de São Paulo, entre 2013 e 2015, a fim de identificar e discutir a inserção das temáticas de gênero, com um recorte na travestilidade e na transexualidade, na formação graduada em terapia ocupacional. Inicialmente, procedeu-se a uma revisão da literatura nos periódicos de terapia ocupacional nacionais e internacionais indexados e de maior relevância na profissão, bem como nas bases de dados SCOPUS, SciELO e Web of Science. Também foram levantadas políticas públicas e/ou programas e diretrizes discutidas e propostas especificamente para esse grupo no Brasil. Em um segundo momento, os cursos foram convidados à participação com: o acesso aos seus projetos político-pedagógicos; entrevistas com suas coordenações e docentes que trabalhassem com o referido assunto em sala de aula; entrevistas com seus estudantes de último ano; a realização de rodas de conversas coletivas. Esse conjunto de dados permitiu a produção de resultados que, tendo como foco a formação teórica e prática de terapeutas ocupacionais no estado que possui o maior número de profissionais, cursos, docentes e pesquisadores titulados na terapia ocupacional brasileira, levam à discussão dessa formação no que se refere aos processos de assistência no recorte pontuado, de maneira a oferecer referências para estratégias de enfrentamento às vulnerabilidades que cercam o cotidiano das pessoas que vivem a experiência da travestilidade e da transexualidade, a partir da terapia ocupacional.

Palavras-chave: *Travestilidade, Transexualidade, Formação Graduada, Ensino Superior, Políticas Públicas.*

Travestility, transsexuality and demands for occupational therapists training

Abstract: This paper presents an exploratory study performed with the occupational therapy graduation courses of public universities in the state of São Paulo - Brazil, between 2013 and 2015, in order to identify and discuss the insertion of the gender themes. We focused on travestility and transsexuality in the Occupational Therapy undergraduate training. Initially, we performed a literature revision in the most relevant national and international indexed publications, as well as in the databases SCOPUS, SciELO and Web of Science. Also, we performed a survey to find public policies and/or programs, guidelines discussed and proposals specifically for this group in Brazil. In a second moment, the undergraduate courses were invited to participate by: a) giving access to their political-pedagogical projects; b) interviews with coordinators and teachers that worked with the subject; c) interviews with senior students; d) creating debate and discussion rounds. This dataset allowed the production of results focused on the theoretical and practical training of occupational therapists in the state, which has the higher number of professionals, courses, teachers and researchers in the Brazilian occupational therapy community. These results led to a discussion on training, regarding the assistance processes in the given area, in a way that offers references for strategies to deal with the daily vulnerabilities of the people experiencing travestility and transsexuality in the field of occupational therapy.

Keywords: *Travestility, Transsexuality, Undergraduate Formation, Higher Education, Public Politics.*

1 Introdução

Sendo a terapia ocupacional uma profissão implicada com as complexidades que envolvem os diversos modos de vida e de atividades cotidianas dos sujeitos, como também com as vulnerabilidades de populações que enfrentam déficits de inserção e participação social, o que disparou a produção do estudo a ser trazido neste artigo foi a hipótese de termos uma profissão que, apesar das implicações mencionadas, ainda não abarca demandas em torno de questões de gênero e sexualidade, quando estas se distanciam da lógica heteronormativa¹. Dessa forma, com a compreensão de que a terapia ocupacional pode ter contribuições significativas na assistência a demandas específicas e gerais da população que vivencia a diversidade de gênero e sexualidade, este trabalho discute a formação graduada em terapia ocupacional voltada para a população travesti e transexual.

1.1 Travestilidades e transexualidades

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina (LOURO, 2008, p. 7-8).

Propõe-se uma apreensão da travestilidade e da transexualidade tomando-se a teoria *queer*, a qual, segundo Miskolci (2009), emergiu no fim dos anos 1980, nos Estados Unidos. Assim, sendo os gêneros e as sexualidades construções sociais e históricas, é preciso que se rompa com a centralidade da heterossexualidade, ou seja, a diferença não deve ser colocada a partir do modelo heterossexual. A teoria *queer* compreende que os sujeitos, as identidades sociais e os comportamentos não são estáveis, coerentes e nem regulares, transpondo o binarismo e o estabelecimento de hierarquias e subalternizações (MISKOLCI, 2009). Sob esse recorte, são diversos os trabalhos que se propuseram a compreender as performatividades² da travestilidade, dentre eles é possível citar Benedetti (2005), Kulick (2008), Pelúcio (2009), Duque (2009, 2013), Leite Junior

(2011), Monzeli (2013) e Andrade (2015) e sobre a transexualidade temos trabalhos como os de Bento (2006, 2008), Almeida (2010), Teixeira (2013), Barbosa (2013) e, novamente, Leite Junior (2011) e Duque (2013). De modo geral, estes textos mostram o equívoco de se tomar tais identidades de forma fixa e linear, na medida em que são múltiplas, flexíveis, comportam diferentes processos e inúmeras possibilidades.

Nesse sentido, não se busca neste texto estabelecer definições dessas identidades e, tampouco, corroborar a “diferenciação básica” entre travestis e transexuais, a qual, conforme aponta Barbosa (2013) – a partir das colocações de Harry Benjamin, no seu texto “*Transvestism and transexualism*”, escrito em 1953 – erra ao conceber que transexuais seriam aqueles que buscam a cirurgia de trangenitalização e sentem-se incomodados/as com o órgão genital que possuem e que travestis têm uma relação prazerosa com o seu pênis ou com a sua vagina. Tal ideia é bastante difundida na área da saúde e orienta muitos procedimentos que envolvem essa população (BENTO, 2006, 2008; TEIXEIRA, 2013).

Contudo, no acompanhamento dos debates que envolvem esses sujeitos e debruçando-se historicamente sobre tais categorias, é presente um recorte de raça/etnia, de classe, agregado a valores morais, posicionamentos políticos e vivências culturais, que perpassa essas identidades, onde as travestis em geral estão numa posição inferiorizada. Todavia, estes marcadores são fluidos, e a identificação como travesti, transexual, negra, mulata, branca, rica ou pobre pode ir sendo estrategicamente acionada para atender a determinada situação e contexto (PELÚCIO, 2009; LEITE JUNIOR, 2011, 2014).

Percebe-se também pessoas que se denominam “mulher de paus”, “mulher de peito e pica” e etc., entretanto, quando precisam posicionar-se categoricamente em uma das duas identidades estabelecidas, se autodeclaram travestis, afirmando um compromisso político com essa identidade, sua história e significado no Brasil (CARVALHO, 2011; LEITE JUNIOR, 2011; BARBOSA, 2013).

Portanto, dada as complexidades que permeiam as categorias sexuais e de gênero, é importante pontuar aquilo que nos coloca Butler (2013, p. 24):

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente,

não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto ao sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo. [...] Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos.

Ou seja, conforme a autora, inicialmente entende-se que sexo é relacionado ao órgão biológico e o gênero corresponde à forma como a pessoa se apresenta socialmente, visto que se trata de uma construção cultural. Entretanto, mais a frente ela sugere que:

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2013, p. 25).

Então, os corpos travestis e transexuais são aqueles que quebram a inteligibilidade dos gêneros³ e criam diferentes possibilidades de vivência e expressão da vida. Contudo, essa diversidade, segundo Louro (2008, p. 16), tem sido alvo das

[...] pedagogias corretivas e das ações de recuperação ou de punição. Para eles e para elas, a sociedade reservará penalidades, sanções, reformas e exclusões.

É preciso reiterar que, conforme o aqui exposto, entende-se a travestilidade e a transexualidade como performatividades que estão na categoria de gênero e não do desejo, confusão bastante recorrente na abordagem dos temas; uma pessoa travesti ou transexual não é necessariamente uma pessoa homossexual. A sua heterossexualidade, homossexualidade ou qualquer outra condição sexual com a qual ela se identifique vai depender daquilo que lhe desperte desejo, ou não.

1.2 A Formação graduada em terapia ocupacional

Soares (1987), discutindo a construção histórica da identidade profissional do terapeuta ocupacional, aponta que a mesma foi moldando-se a partir das contraditórias condições da realidade social e que a criação dos primeiros cursos de formação profissional no país tomou como referência a terapêutica ocupacional para as disfunções motoras.

Com relação à formação graduada, segundo Lopes (2004), a primeira versão dos padrões mínimos do currículo de terapia ocupacional começou a ser escrita em 1952 e foi aprovada em 1954, numa ação da Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais (WFOT)⁴, que, em 1958, publica um documento, complementando o anterior, para a orientação da abertura de cursos em países em que a profissão ainda não estava estabelecida. As revisões desse documento foram constantes, fruto do debate em torno do tema na WFOT, sendo que, em 1966, publica-se um novo documento intitulado “Formação do terapeuta ocupacional” (Education of the occupational therapist).

Como explicita Hahn (1999), em 1971, veio a público a versão revista dos “Padrões Mínimos Recomendados para a Formação de Terapeutas Ocupacionais”, com o intuito da adequação às transformações que ocorriam em várias profissões que atuavam no setor de saúde, em conformidade com a “compartimentalização do corpo” e com a “divisão por especialidades nas práticas clínicas”, que, principalmente, estavam referidas àquelas praticadas pela medicina. Esse modelo orientou e permeou, por várias décadas, a formação do terapeuta ocupacional.

Novas alterações foram feitas em 1984, visando:

[...] incorporar as mudanças que refletiam as novas terminologias e técnicas na terapia ocupacional e também que orientassem melhor o desenvolvimento de novas estruturas curriculares. São dessa época as divisões no texto que explicitavam separadamente os requisitos gerais, a organização do curso de graduação e o conteúdo das disciplinas, bem como as especificações dos estágios profissionais, reiterando-se as 1000 horas mínimas de prática supervisionada (LOPES, 2004, p. 2).

Em 1991, a revisão realizada de forma menos prescritiva manteve a versão de 1984. Incluíram-se nessa versão matrizes dos formulários exigidos pela WFOT para o reconhecimento inicial de cursos, assim como para o seu monitoramento contínuo, a fim de que as

associações nacionais pudessem efetuar essa tarefa a cada cinco anos (LOPES, 2004).

Em 2002, mais uma alteração foi necessária, sendo esta a última publicada até aqui. Essa revisão da proposta dos padrões mínimos na área foi construída a partir de três principais aspectos relacionados: o profissional, a sociedade como um todo e o aspecto educacional. Nessa ordem, o primeiro diz respeito à promoção da prática da pesquisa como um padrão de qualidade para a execução da terapia ocupacional; o segundo expõe a necessidade de maior visibilidade sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional para a saúde e previdência das comunidades a níveis local, nacional e internacional, onde estas devem auxiliar nas expectativas de qualidade de vida e bem-estar social das pessoas; já o terceiro prevê a garantia da manutenção de diretrizes e padrões comuns mundialmente (HAHN; LOPES, 2003).

Mais recentemente, dois documentos da WFOT se voltam para a recomendação de práticas que valorizem a diversidade. Um é a “Tomada de Posição Sobre os Direitos Humanos” (WORLD..., 2006), marcando a posição da WFOT sobre os Direitos Humanos, articulando-os com a terapia ocupacional e afirmando o direito à ocupação nesse âmbito. Tomando-se tal posicionamento, os terapeutas ocupacionais devem identificar as injustiças ocupacionais que ocorrem, ampliar sua visão de ocupação e entender a participação social como um direito, engajando-se na luta por uma sociedade mais acessível.

O segundo é a “Tomada de Posição Face à Diversidade e Cultura” (WORLD..., 2010), com a reafirmação do compromisso da WFOT com os Direitos Humanos, recomendando que sejam seguidos os “Princípios orientadores para a diversidade e cultura” (KENEÁNIAN; STOMPH, 2009), propondo que a formação profissional em terapia ocupacional incorpore conhecimentos sobre diversidade e cultura, que devem ser respeitadas e incorporadas nas ações, pesquisas e práticas profissionais.

No Brasil, as Diretrizes Curriculares Nacionais⁵ (DCN) para o ensino de graduação em terapia ocupacional elencam diversas habilidades e competências a serem adquiridas pelo graduando, dentre as quais, “conhecer os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos da vida do país fundamentais à cidadania”, relacionando tais fatores com “a problemática específica da população com a qual trabalhará”, tendo como principais objetivos sua “emancipação e autonomia”. Espera-se também que compreenda “as relações saúde-sociedade, como também as relações de exclusão-inclusão social”, participando “da formulação e implementação das [diferentes] políticas sociais”. Ademais, prevê-se que os mesmos

desenvolvam “atividades profissionais com diferentes grupos em situação de risco”, atuando

[...] enquanto agente facilitador, transformador, e integrador junto às comunidades e agrupamentos sociais através de atitudes permeadas pela noção de complementaridade e inclusão [...] (BRASIL, 2002, p. 2-3).

Sendo assim, seja conforme o que preveem as DCN para a graduação em terapia ocupacional no Brasil, os preceitos da ética profissional (FIGUEIREDO et al., 2017) ou os parâmetros acordados internacionalmente, de acordo com a WFOT, o que se almeja é:

[...] uma formação competente no que tange a conhecimentos da área das ciências humanas e o desenvolvimento de uma capacidade crítica, projetando intervenções calcadas em aspectos técnicos, éticos e políticos. Está pautada, para a terapia ocupacional, a formação de profissionais mais autônomos e hábeis, com competências para operar as complexas problemáticas contemporâneas que se apresentam (LOPES; PAN, 2013, p. 104).

2 O Desenho da Pesquisa

Este artigo traz os resultados de um trabalho que se propôs a identificar e discutir a inserção da temática de gênero, com um recorte na travestilidade e na transexualidade, na formação graduada em terapia ocupacional das universidades públicas do estado de São Paulo. O estudo foi realizado entre meados de 2013 e final de 2015. Em uma primeira fase (2013-2014), investigamos apenas o curso da Universidade de São Paulo (USP) – Campus São Paulo, cuja escolha se deu por ser um dos mais antigos no Brasil, por sua influência para a produção de conhecimento em terapia ocupacional e, fundamentalmente, por estar inserido em uma cidade onde a diversidade e as diferenças dos modos de vida são muito presentes. Para a realização do que foi previsto para esse momento, depois da concordância com a colaboração com a pesquisa, uma docente que compunha o conselho de graduação do curso nessa instituição de ensino superior (IES) foi designada para o diálogo em torno da pesquisa. Essa docente foi contatada e, depois de uma entrevista⁶ concedida, prontamente, disponibilizou o acesso ao Projeto Político-Pedagógico do curso, às ementas das disciplinas, a uma lista com o contato de todos os alunos egressos da IES. Todos os alunos egressos em 2013 foram convidados a participar da pesquisa. Durante a conversa com a referida docente, questionou-se se existiria no curso algum

docente que trabalhasse com a temática no ensino, pesquisa ou extensão, para que pudéssemos entrar em contato e convidar à participação no estudo, com a concessão de uma entrevista⁷, presencialmente ou pelo software Skype.

Paralelamente, foi feita uma busca em periódicos nacionais e internacionais de terapia ocupacional – adiante nominados – os quais foram incluídos por terem maior impacto na profissão. Ademais, foram reunidos e sintetizados os documentos que diziam trazer políticas e/ou programas, diretrizes, portarias, entre outros, que se voltavam à garantia, especificamente, da cidadania e de direitos de travestis e transexuais.

Em uma segunda fase (2014-2015), a pesquisa pôde ser ampliada e foram investigadas todas as demais universidades públicas no estado de São Paulo que ofertam o curso de graduação em terapia ocupacional, a saber: Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - Campus Marília; Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) - Campus Baixada Santista e Universidade de São Paulo (USP) - Campus Ribeirão Preto. Dada essa ampliação do escopo, foram revistos os critérios de inclusão dos estudantes para a conversa sobre a formação recebida, mantendo-se o foco no acesso a alunos egressos que:

- Tiveram contato (teórico ou prático) com a temática em tela;
- Participaram de pesquisa, estudos ou atividades de extensão universitária e lidaram com essa temática durante a graduação;
- Realizaram algum trabalho na área ou participaram de alguma forma de organização em torno da temática, dentro ou fora da IES;
- Interessavam-se pela temática e queriam conversar sobre ela.

Com relação à coordenação dos cursos nas IES, manteve-se a proposta da primeira fase, com o convite à colaboração com a concessão de uma entrevista e com a disponibilização dos documentos e contatos necessários; ademais, todos os docentes indicados pelas coordenações e estudantes dos diferentes cursos foram igualmente convidados a participar por meio de uma entrevista⁸.

Ampliamos também a revisão bibliográfica, realizando a busca em três bases de dados (SciELO, Web of Science e SCOPUS) da produção existente sobre população travesti e transexual em interface

com a terapia ocupacional, bem como seguimos com os estudos sobre as políticas públicas nacionais voltadas especificamente para essa população.

Após a coleta de dados e com a síntese inicial dos resultados encontrados, foi feito o retorno às universidades para apresentar esse material, cuja análise não havia sido finalizada, com a realização de uma roda de conversa para que pudéssemos conversar com coordenação, docentes e alunos sobre terapia ocupacional em interface com a população travesti e transexual.

Desse modo, foram realizadas cinco entrevistas com coordenadores de cursos, seis com docentes, 31 com alunos e cinco rodas de conversa (totalizando 126 participantes).

Por fim, salienta-se que todos os procedimentos éticos necessários foram devidamente observados⁹.

3 Resultados e Discussão: a Realidade que Encontramos pelo Caminho

A seguir são apresentados os resultados que encontramos pelos caminhos percorridos pela pesquisa, reunidos na revisão da literatura, nos documentos e dados sobre políticas e/ou programas voltados para travestis e transexuais, além do campo empírico nas IES públicas no estado de São Paulo, com a análise de documentos (projetos político-pedagógicos e ementas de disciplinas dos cursos de terapia ocupacional), conversa com a coordenação, conversa com docentes, conversa com egressos e rodas de conversas.

3.1 Revisão da literatura

Como Beagan et al. (2013) apontam, mesmo sem descrever seus procedimentos de busca, pesquisas em terapia ocupacional com pessoas transgêneras são inexistentes. A revisão da literatura da área feita para este estudo reafirma isto e amplia essa percepção, uma vez que, além da inexistência da pesquisa, também são escassas as discussões acadêmicas, divulgadas nos veículos da área.

Inicialmente, foram considerados os periódicos brasileiros indexados e os periódicos internacionais com maior fator de impacto, a saber: American Journal of Occupational Therapy, Asian Journal of Occupational Therapy, Australian Occupational Therapy Journal, British Journal of Occupational Therapy, Canadian Journal of Occupational Therapy, Hong Kong Journal of Occupational Therapy,

New Zeland Journal of Occupational Therapy, Occupational Therapy Internacional, Scandinavian Journal of Occupational Therapy, Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, Revista de Terapia Ocupacional da USP.

A proposta do levantamento junto a esses periódicos era reunir, quantificar e analisar as produções em terapia ocupacional voltadas para a população que é tema desta pesquisa. As duas revistas nacionais acima citadas foram consideradas, pois, além de estarem indexadas, são as maiores referências na produção científica de terapia ocupacional brasileira.

O período considerado foi de 2000 a 2013, em um recorte que focalizasse a produção mais recente, mas, mantendo-se um leque amplo¹⁰, na medida em que aventávamos à hipótese da publicação sobre a temática ser restrita nesses veículos.

Para a busca foram usados os seguintes descritores: Travestismo*; Travestilidade*; Travesti*; Transexualismo/*Transsexualism*; Transexualidade/*Transsexuality*; Transgênero/*Transgender*; Transexual/*Transsexual*. Os termos em asterisco se referem à travestilidade e estes foram usados apenas nas buscas nacionais, visto que a nomenclatura destas performatividades faz parte de um contexto brasileiro¹¹ e dificilmente é usada no exterior.

Dos oito textos encontrados, foram lidos os resumos a fim de se apreender a proposta dos artigos produzidos; aqueles que tratavam das temáticas em foco foram lidos integralmente. Apenas o artigo *“Working with transgender clients: learning from physicians and nurses to improve occupational therapy practice”* discutia centralmente a questão da transexualidade; Beagan et al. (2013) entrevistaram médicos e enfermeiros que trabalhavam com transexuais para compreender se a terapia ocupacional teria contribuições para o cuidado com essa população.

“Professionalism, personal taste and social inclusion: does it matter what clients wear?” (POPE; DAVYS; TAYLOR, 2008), também lido integralmente, tinha como foco a discussão das roupas usadas pelos clientes, dentre eles, o caso de uma transexual.

A segunda revisão aconteceu entre outubro de 2014 e julho de 2015, nas bases SciELO, Scopus e Web of Science, com o período de busca aberto, utilizando os mesmos descritores da revisão anterior e acompanhados do descritor Terapia Ocupacional/*Occupational Therapy*¹².

Com esta ampliação, foi possível obter resultados ainda mais confiáveis quanto à produção envolvendo terapia ocupacional e a temática da travestilidade e transexualidade, já que, diferentemente daquela realizada na primeira fase da pesquisa, ao selecionarmos

as bases, também ampliamos os periódicos a serem considerados, abrangendo os que não são específicos da profissão. Apesar disso, ratificou-se a quase inexistência de produção na área sobre a temática, tendo sido encontrados apenas dois textos, um deles o já mencionado artigo de Beagan et al. (2013). O segundo, *“A Treatment Package for Transsexualism”* (KHANNA; DESAI; CHANNABASAVANNA, 1987), tinha como objetivo apresentar um tratamento para a transexualidade, no qual foram realizadas intervenções para que a pessoa (uma mulher transexual) pudesse “se ajustar” ao seu papel de gênero, gênero este que os autores entenderam como o correto, neste caso, o masculino. O encaminhamento para a terapia ocupacional se deu para

(1) evitar que ele fantasie excessivamente sobre suas experiências sexuais e mantê-lo ocupado e (2) facilitar o processo de modelagem, treinamento de habilidades sociais, além do treinamento de fantasia, que é feito solicitando que ele assuma um papel masculino¹³ (KHANNA; DESAI; CHANNABASAVANNA, 1987, p. 197, tradução nossa).

Portanto, a prática terapêutica-ocupacional não respeitava as diferenças de gêneros, corroborando, isto sim, para a manutenção binária e falocêntrica da compreensão de gênero.

Tomando-se a leitura dos artigos selecionados, identificou-se que o trabalho da terapia ocupacional com a população transexual e travesti é um campo a ser construído. Ainda que os textos apontem a possibilidade de atuação dos terapeutas ocupacionais – neste caso, encontrados artigos voltados apenas à população transexual – esta não deve ser feita de modo acrítico.

Ao entrarmos em contato com o artigo completo de Beagan et al. (2013), tivemos acesso a uma outra produção (JESSOP, 1993), em que as autoras apontam ser este o único texto relacionado à população transgênera na terapia ocupacional até então. Dada a relevância, essa referência integrou o escopo do diálogo que vimos tecendo. O documento publicado em 1993 no *British Journal of Occupational Therapy* se chama *“Occupational therapy with a Male-to-Female transsexual: a case study”*. Trata-se de um estudo de caso em que o autor acompanhou uma mulher transexual que foi referenciada para o setor de terapia ocupacional de um hospital regional, por uma psiquiatra que duvidava que ela pudesse ter uma performance bem sucedida como mulher. Portanto, o plano de tratamento se baseava em

[...] melhorar a apresentação física de M. em seu gênero escolhido, com especial atenção

para o vestuário, maquiagem e cabelo; Desenvolver a confiança de M. em seu novo papel; Facilitar a tomada de decisão e elaboração de planos para o futuro¹⁴ (JESSOP, 1993, p. 323, tradução nossa).

Estes artigos que se voltam especificamente sobre a questão da transexualidade são embasados numa visão médico-patologizante, o que contrasta com os referenciais construídos para este estudo, que não enxergam tais performatividades como algum desvio ou doença.

Um ponto comum nos artigos é a proposta de intervenção relacionada ao desenvolvimento da feminilidade (no caso das mulheres transexuais) e da masculinidade (no caso da mulher transexual relatada no texto de Khanna, Desai e Channabasavanna), com vistas a auxiliar as mulheres transexuais a entenderem sobre o feminino ou reforçarem as posturas masculinas. Este é um ponto que requer cuidado. O que seria trabalhar a feminilidade ou masculinidade? A que ideia de mulher ou homem Pope, Davys e Taylor (2008) e Khanna, Desai e Channabasavanna (1987) se referem em seus textos? Seria possível apenas uma resposta para as milhares de mulheres e homens do mundo? O pressuposto deste estudo é o de que terapeutas ocupacionais têm como foco em suas práticas a participação social e autonomia das pessoas, auxiliando-as a superarem o que as impedem ou limitam na realização mais plena de seus cotidianos. Alimentar o estereótipo de gênero não vai nessa direção. As ações terapêutico-ocupacionais devem auxiliar as pessoas travestis e transexuais a caminharem com liberdade e mais segurança entre as possibilidades de gênero.

Essa busca formatada de um “ser feminino” é amplamente retratada por Bento (2006), apontando, de modo geral, que é com esse modelo que equipes responsáveis pelo processo transexualizador operam. Entretanto, nem todas as mulheres transexuais são, de fato, correspondentes a ele, como também nem todas as mulheres cisgênero¹⁵ o são. As afirmações estereotipadas supõem que delicadeza, emoção e sensibilidade estão para a mulher, assim como para o homem estão agressividade e razão.

Não se trata de dizer que não se possa ou não se deva auxiliar pessoas travestis e transexuais com vestuário, maquiagem, o andar de salto, o cuidar da pele ou do cabelo, caso sejam suas demandas, mas, certamente, não se pode naturalizar esse processo, nem tomá-lo como o projeto mais ambicioso de suas vidas.

Nesse sentido, Beagan et al. (2013) vão além, propondo a criação de ambientes e interações

transpositivas, em que os terapeutas ocupacionais devem ser educados para as questões que envolvem o “ser transgênero”. Propõem, entre outras coisas, o conhecimento sobre a diferença entre sexo, gênero e orientação sexual, questão que já foi aqui destacada. Também são sugeridos formulários que permitam às pessoas se autoidentificarem, assim como se orienta chamá-las pelo nome que preferem (trata-se aqui do nome social), trabalhar com a opção de colocar, além do nome legal, o nome social nos formulários, colocar o cliente em protagonismo e eliminar todos os espaços possíveis em que são segregados os gêneros e, onde não for possível tal estratégia, desenvolver uma política que contemple igualmente as necessidades das pessoas transgêneras.

Ao focalizar o trabalho das pessoas no processo de transição, pontua-se a necessidade da redução do isolamento social que estas pessoas sofrem, bem como a intervenção nas escolas, empregos, serviços de saúde, entre outros lugares, para que seja garantido o direito das mesmas.

As estratégias delineadas mostram grandes possibilidades de atuação, extrapolando o espaço do hospital, não se restringindo à população que está em processo de transição ou no período pré-cirúrgico.

3.2 Em torno das políticas e/ou programas públicos

Com relação a políticas públicas, programas e/ou diretrizes atuais, voltados especificamente para as pessoas travestis e transexuais, a leitura de alguns textos nos mostra uma grande defasagem nacional. Ainda há muito que se caminhar para conseguirmos viver em um país em que essa população seja vista como cidadã, que possa acessar bens sociais e ser respeitada em sua plenitude como seres humanos.

Mello et al. (2013), assim como Pelúcio e Duque (2013), nos apresentam dados que mostram como a construção de agendas que demandam uma articulação intersetorial é uma grande ilusão, visto que, no caso da população LGBT, tais demandas são secundarizadas pelos diferentes setores.

O programa Brasil Sem Homofobia (BSH), lançado em 2004 com o objetivo de promover a cidadania LGBT, equiparando direitos, combatendo a violência e respeitando as especificidades de cada grupo populacional, envolvendo as esferas federal, estadual e municipal, apesar de pioneiro e inovador, não contou com o devido financiamento, transferiu responsabilidades para movimentos sociais que militam na área, não agregou as diferentes instâncias de governo, fazendo com que poucas ações fossem

desenvolvidas e quase nada do que foi proposto se tornasse real.

Ainda, o governo federal realizou, em junho de 2008, a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, cujos Anais apresentam 599 deliberações aprovadas em plenária final. Em maio de 2009, lançou-se o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, a partir de propostas aprovadas na I Conferência Nacional LGBT (MELLO et al., 2013). Segundo esses autores, assim como o Brasil Sem Homofobia, o Plano Nacional LGBT não apresenta precisamente a previsão orçamentária e também carece de parcerias intersetoriais e interministeriais.

Com tais dificuldades, somadas a tantas outras (como o conservadorismo dos representantes assentados no Congresso Nacional, a desvalorização sociocultural dessa população, a falta de reconhecimento e invisibilidade de suas demandas), pouco se caminhou e o país conta apenas com alguns programas, diretrizes, decretos e leis que, apesar de importantes, não constituem uma agenda mínima compatível.

Desta forma, existem no âmbito nacional diretrizes para garantia do uso do nome social na saúde (Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde e Nota técnica DATASUS 18/2014) e na educação (Portaria nº 1.612 do MEC), o que foi criado para diminuir os constrangimentos que travestis e transexuais sofrem nos serviços ao serem tratados e identificados pelo nome que consta em seus registros.

Ademais, existe também o *Processo Transsexualizador* (Instituído pelas Portarias nº 1.707 e nº 457, de agosto de 2008 e ampliado pela Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, do Ministério da Saúde). Esse programa conta com diversas estratégias assistenciais para atender às demandas de travestis e transexuais que desejam realizar modificações corporais. Isso está fortemente vinculado a serviços de saúde, oferecendo atendimento terapêutico, cirúrgico e ambulatorial. A realidade desse programa é marcada por estereótipos e patologização das vivências travestis e transexuais e é comum o tratamento transfóbico e estigmatizador até mesmo por parte da equipe técnica (ALMEIDA, 2010; BENTO, 2006, 2008; BORBA, 2014).

Além dos programas apresentados acima, Mello et al. (2013) citam o Programa Astral TOP (Trabalho, Oportunidade e Previdência), o Plano Setorial de Qualificação voltado para a população LGBT (PLANSEQ-LGBT) e ações pontuais de inserção da população LGBT na assistência social, como o exemplo de Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) LGBT.

No nível estadual, de acordo com o acessado no site da Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania, na área da Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual (SÃO PAULO, 2015), São Paulo dispõe de:

- Decreto nº 54.032 de 18/02/2009 - Cria e organiza, na Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo. Tal Coordenação se volta aos assuntos relativos à defesa dos direitos da diversidade sexual e da população de lésbicas, “gays”, bissexuais, travestis e transexuais;
- Decreto nº 55.588 de 17/03/2010 - Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do estado de São Paulo, assegurando-lhes, nos termos desse decreto, o direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito da administração direta e indireta do Estado;
- Deliberação CEE nº 125/2014 de 30/04/2014 - Dispõe sobre a inclusão de nome social de travestis e transexuais nos registros escolares das instituições públicas e privadas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, propondo respeitar a cidadania, os direitos humanos, a diversidade, o pluralismo e a dignidade humana;
- Lei nº 10.948 de 05/11/2001 - Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual;
- Resolução SAP 11 de 30/01/2014 - Dispõe sobre a atenção a travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário, respeitando, por exemplo, seu gênero, o uso de vestimentas de acordo com sua identidade de gênero, com a possibilidade de implantação de alas para travestis e transexuais.

Parte dos gestores tenta justificar o trato das políticas para travestis e transexuais a partir daquelas de caráter universalista; para Mello et al. (2013, p. 144), não há como prescindir de políticas focalizadas:

Afirmar que a existência de uma política que generaliza sujeitos é garantia de um atendimento em conformidade com a perspectiva de proteção dos direitos das pessoas LGBT é não reconhecer os limites impostos pela homofobia institucional (ou de

Estado) que permeia as políticas públicas no Brasil, ou seja, a homofobia que se materializa dentro dos próprios órgãos governamentais ou de suas ações, projetos, programas e políticas, seja por meio da vedação direta do acesso de pessoas LGBT a direitos de cidadania supostamente universais, seja pela omissão deliberada destes segmentos quando são formuladas políticas que beneficiam apenas as pessoas que estruturaram suas vidas a partir de vínculos afetivos e sexuais heterossexuais.

Ainda que pouco tenha sido proposto, e menos ainda efetivado, o desconhecimento destas resoluções contribuiu para condutas profissionais com encaminhamentos incompletos, procedimentos antiéticos, resultando também na manutenção da exclusão destas pessoas nos serviços públicos e privados.

Os cursos pesquisados, mesmo se debruçando amplamente sobre o tema das “Políticas Públicas”, não trazem para o escopo da formação do terapeuta ocupacional as que se referem especificamente às travestilidades e transexualidades. A necessidade da inserção do ensino destas políticas e/ou programas, diretrizes legais no cotidiano da formação graduada traz conhecimento para que futuramente o profissional qualifique e humanize o atendimento/intervenção terapêutico-ocupacional.

3.3. O campo nas universidades

- Projeto Político Pedagógico, Ementas e Entrevistas

Nas universidades pesquisadas, os cursos de terapia ocupacional, desde sua criação, passaram por diversas transformações curriculares, a fim de abarcar uma formação graduada crítica, generalista e que contemplasse as demandas postas no país em cada momento histórico. Para apreendermos o momento atual de cada um deles, conversamos com alunos egressos, coordenação e docentes.

A Tabela 1 mostra o número de egressos e docentes entrevistadas em cada Universidade. Todas as

Tabela 1. Relação de entrevistadas para a pesquisa.

Universidade	Entrevistas	
	Alunos	Docentes
UNESP	4	1
UFSCar	13	2
UNIFESP	2	3
USP-RP	2	-
USP-SP	10	-

coordenações designaram uma representante para conversar conosco.

Com relação aos PPP (Projetos Político-Pedagógicos), todos tinham convergências que se voltavam para a proposta de formar terapeutas ocupacionais capazes “[...] de compreender a atividade humana em todas as suas formas de expressão e potencialidades [...]” (UNIVERSIDADE..., 2012?, p. 1), de trabalhar

[...] com contradições produzidas pela relação sociedade-indivíduo-comunidade que por vezes podem estar caminhando em ritmos dissonantes marcados pela diferença social, política e de concepções de saúde-doença (UNIVERSIDADE..., 2011, p. 36),

ainda, de estar presente nos processos de

[...] formulação e implementação de políticas públicas adequadas às transformações necessárias à promoção da saúde e aos procedimentos terapêuticos que permitam uma inserção saudável do cidadão no cotidiano das suas relações sociais e profissionais [...] (UNIVERSIDADE..., 2013?, p. 5).

Os PPP de algumas universidades traziam também as ementas das disciplinas do curso, enquanto em outras era preciso acessá-las separadamente. Aliado a isso, as distintas propostas pedagógicas implicavam em currículos com diferentes desenhos, assim, por exemplo, a UFSCar trabalhava a partir das metodologias ativas e a UNIFESP se voltava para

[...] uma formação na perspectiva interdisciplinar, centrada nas relações e no desenvolvimento de competências, com foco no contexto regional e nacional, direcionado aos princípios da Educação Interprofissional e permanente (UNIVERSIDADE..., 2014, p. 40),

com disciplinas comuns para todos os seus cursos no campus da Baixada Santista. Ainda, a USP-RP atualmente trabalha com matriz curricular integrada, em grandes eixos; sua coordenadora indicou como o principal eixo do curso o que ela chamou de eixo longitudinal/horizontal, voltado para os ciclos de vida. Nos cursos, identificaram-se diferentes disciplinas que poderiam incorporar o debate da população em foco nesta pesquisa. São disciplinas que se voltavam para diversidade, cultura, corporeidade, populações em vulnerabilidade social, processos de exclusão social, antropologia, ética, sociedade, saúde coletiva, estigma, preconceito, campo social, saúde pública, por exemplo, entretanto, apenas duas das IES

apontaram a discussão específica com a população travesti e transexual incorporada no currículo.

Uma delas é a UNIFESP, onde esse conteúdo é ofertado no “bloco” das interdisciplinares, não sendo uma discussão específica sobre a interface com a terapia ocupacional. A entrevista com docentes do Eixo “O Ser Humano e sua Inserção Social”, indicados pela Coordenação, constatou que os docentes que se debruçam sobre a temática têm sua formação dentro das humanidades e são pessoas que trabalharam com a população, seja em pesquisas ou na prática profissional, então, entendendo a pertinência do assunto, assumem o compromisso com o seu ensino. Mesmo a UNIFESP levando o assunto para a sala de aula no eixo comum, provocando questionamentos iniciais, uma das docentes afirma que:

Não existe formação teórica, não existe formação prática, não existe formação de pesquisa, avaliando hoje, voltada especificamente para travestis e transexuais... A não ser nessas iniciativas, de iniciação científica e de TCC, e que geralmente caem comigo. No mestrado tem, eu até fui numa banca de um mestrado profissional... [...] Mas, na graduação é só por interesse mesmo do estudante... (DOCENTE 4, UNIFESP).

Para os colaboradores, quanto ao conteúdo de terapia ocupacional, mesmo a conversa tendo sido iniciada na generalidade, o que é válido e importante, não existe uma amarração na especificidade e o curso não dá continuidade às discussões.

Outra universidade que trabalha com o tema é a UFSCar. Os egressos relataram que em uma Situação Problema (SP)¹⁶ durante a graduação o tema foi abordado, porém as pessoas entrevistadas avaliam que não se sentiram contempladas com relação ao conhecimento necessário sobre o assunto, pois a docente (facilitadora) não dominava a temática e o que foi pontuado contribuía para reiterar visões estereotipadas sobre a população, como apresentado abaixo:

Ficou aquela coisa de a gente ficar discutindo que a travesti é quem se veste de mulher, a transexual é quem faz cirurgia. E aí ficou uma coisa assim de discussão de categorias, ficou essa questão muito forte da prostituição, da questão sexual, preconceitos, algumas frases muito preconceituosas de alguns colegas, mas em nenhum momento a gente discutiu o papel da terapia ocupacional com esses sujeitos (F.E., EGRESSA UFSCar).

Institucionalmente, a coordenadora não soube dizer se o diálogo com as temáticas que pontuamos existe no *continuum* da formação; acredita que o debate aconteça de forma geral, com a intensa

discussão da diversidade, mas não necessariamente nessa especificidade. Afirmou que essa discussão está prevista nos eixos teóricos, mas não poderia dizer se a mesma é feita de forma satisfatória. Outra possibilidade para ela é que a temática apareça nos contextos da prática. Referiu perceber o campo social se apropriando da temática, posto sua aproximação dos estudos sociológicos.

De fato, a prática – via extensão ou estágio – foi identificada como um campo de inserção onde o tema aparece. Uma das docentes entrevistadas diz que o tema é caro para o coletivo que compõe, assim como violência e sexualidade, por exemplo, na medida em que isso é evidenciado na prática – especificamente na prática com jovens – e perpassa também como um tema da contemporaneidade, os quais são objeto do ensino desse coletivo. Especificamente, entretanto, isto se dá mais no âmbito da pós-graduação, tendo sido referidos dois trabalhos que dialogam efetivamente com a travestilidade.

A outra docente da UFSCar afirmou que a população em tela aparece no projeto de extensão com a população de rua. Este tema compõe a transversalidade de assuntos que envolvem a complexidade da vida dos sujeitos que acessam o projeto. O assunto específico da travestilidade e transexualidade se insere exatamente quando o debate sobre a multiplicidade do viver é pautado.

Majoritariamente, as pessoas entrevistadas, independente da IES, acreditam que a terapia ocupacional tem contribuições, seja no campo ou no núcleo profissional:

Essa é uma questão que aparece com frequência com relação à transexualidade nos hospitais. Na hora que você interna, você interna onde? Se a pessoa se identifica com o gênero oposto, você a interna na enfermaria de homens ou de mulheres? Então são questões que permeiam a prática profissional, mas que só são colocadas quando existe a questão. Desse bojo você pode imaginar os preconceitos, violências que vão acontecendo com relação à condição da travestilidade e transexualidade. Quando isso é dado na formação, a pessoa chega diferente para a prática (REPRESENTANTE COORDENAÇÃO USP/SP).

Todavia, propostas de inclusão dessa temática esbarram num impasse frequente nos cursos: a falta de carga horária. A inclusão de mais conteúdo, criação de novas disciplinas, implica no alargamento do tempo de formação. Estudantes, docentes e coordenadores, em algumas IES, vêm reivindicando a supressão de disciplinas para que não se tenha uma formação graduada tão longa ou “carregada”.

Eu acho que isso vai ter que entrar, por que tem algumas diretrizes que apontam que tanto essa questão das diferenças, que esses segmentos populacionais são pouco atendidos [...] Como a gente vai inserir isso dentro da grade curricular, eu não sei... [...] Mas eu acho que é um segmento que tá aí, faz parte (REPRESENTANTE COORDENAÇÃO UNIFESP).

Eu acho este tema pertinente para a terapia ocupacional. Mas na verdade, eu penso que primeiro a gente deve pensar na questão da formação muito mais amplamente, do que a formação disciplinar. [...] eu acho que nesse sentido, quanto mais amplamente pudermos trabalhar com diferentes populações, diferentes demandas das nossas populações, eu acho importante; mas também, o quanto a gente consegue trazer essa discussão pra outros espaços, eventos, dos cursos, dos fóruns de discussão, porque ali a gente trabalharia mais amplamente a questão da travestilidade, de uma forma geral, e de um olhar pra essa população (REPRESENTANTE COORDENAÇÃO USP/RP).

Este debate é conflituoso e parece ser preciso lançar mão de estratégias para incluir conteúdos afetos à temática em tela sem que sejam necessárias maiores mudanças curriculares.

Uma das docentes entrevistadas aponta que são muitas variáveis existentes e talvez a formação não consiga abarcar todas elas de forma aprofundada, contudo, entende que a graduação estaria voltada mais para despertar a sensibilidade, o raciocínio, o cuidado, levando em consideração as diferenças e singularidades. Para outra, é importante que tenhamos uma base sociológica forte, pois, assim, conseguiremos formar bons profissionais, mesmo que não lidemos especificamente com a questão da travestilidade e transexualidade.

A gente tem vivido uma época em que o julgamento moral, e as questões do que são direitos, estão muito em discussão, frente ao contexto. Reconhecendo a importância do gênero, da travestilidade, da transexualidade, e de outros temas também, o que me preocupa mais de fundo é “a gente tem conseguido ofertar as bases pra uma leitura crítica e não julgadora da sociedade contemporânea?” [...] Como a gente resolve isso, eu acho que é o desafio que está posto hoje pra formação de diversas áreas, pra gente também (DOCENTE 2, UFSCar).

Além disso, outra docente entende que romper com a lógica “genericada” dos sujeitos ampliaria a potência de prática da profissão.

Eu acho que as discussões de gênero e sexualidade são transversais a todo o olhar para o sujeito [...] quando eu penso nessas dimensões de gênero e sexualidade dentro da T.O., eu fico me questionando em que medida a destruição dessas concepções normativas fariam a gente ampliar muito mais o olhar para o sujeito dentro das suas amplas possibilidades (DOCENTE 1, UNESP).

Não é o foco deste trabalho, mas decidir sobre o que fica dentro ou fora de uma formação graduada também deve nos fazer refletir quais as variáveis que nos levam a privilegiar o conhecimento sobre determinadas populações em detrimento de outras, o porquê de alguns grupos nos serem mais caros.

Algumas egressas entrevistadas referem que no mercado de trabalho a terapia ocupacional é vista como uma profissão que tem a capacidade para intervir em questões específicas da vivência travesti e transexual:

Agora eu trabalhando, eu tenho contato com população com esse tipo de questão, estou conhecendo serviços de referência para a população. Nada disso foi na faculdade, na faculdade eu nem tinha o conhecimento que existia, eu fui ter o conhecimento agora no trabalho [...]. Inclusive eu estou acompanhando um paciente com esta questão, quer fazer cirurgia de mudança de sexo [...] eu não sabia também como me referir. [...] A terapia ocupacional pode empoderar, gerar autonomia, empoderamento, luta pelos direitos. Isso abre um pouco os caminhos. No caso, essa pessoa fazia os tratamentos hormonais sem nenhum tipo de orientação médica, então também foi uma orientação que a gente deu [...], para que ele alcançasse o que ele desejava, almejava, sei lá, que era ter um corpo mais feminino, mas que era muito perigoso fazer isso sem nenhum tipo de orientação (M., EGRESSA USP-SP).

Na questão da transexualidade eram dois, mas tem a questão da orientação sexual, tem até mais, na verdade, mas que eu trabalhei foi esse número, mais ou menos. [...] trabalhar isso foi trabalhar minha formação fora da universidade, e posso até dizer que foi uma formação coletiva com as pessoas com que eu tive experiência [...]. Um adolescente que chega do tráfico, em medida, é diferente do adolescente que chega porque roubou uma boneca de um supermercado, e tem uma questão específica, a história de ser mulher ou não, “não sei o que eu quero ser”, “às vezes eu quero...” (M.S., EGRESSA UFSCar).

Eu estou na residência da saúde da família e surgiu um caso de um paciente que está nesse processo de se reconhecer como mulher e de se assumir, e ele estava com muitos problemas, emocionais,

por se assumir, e sociais, por não ser aceito. [...] Assim, qual é o profissional mais capacitado pra resolver esse tipo de demanda, segundo a equipe multi? É a T.O. e o Serviço Social (C., EGRESSA UNESP).

- Rodas de conversas

A ideia das Rodas de Conversas foi a de criar oportunidades para um debate ampliado sobre travestilidades, transexualidades, sobre a formação do terapeuta ocupacional com relação às problemáticas contemporâneas e à sua inserção na agenda desses profissionais, além de levar uma devolutiva dos resultados encontrados na pesquisa, discutindo-os com atuais estudantes, docentes, coordenações de cursos, entre outras pessoas (alunos de outros cursos nas IES, profissionais formados, etc.) dispostas ao diálogo acerca dos referidos temas.

Foi um momento para se voltar para o atual projeto de formação graduada em IES que é referência no país, para pensar sobre campos de estágios, além do debate em torno de caminhos possíveis para o ensino e para a prática terapêutico-ocupacional com a população travesti e transexual.

Assim, tendo como parceiros os centros acadêmicos de cada uma das IES que integraram a pesquisa, foram realizadas cinco rodas de conversas, as quais foram registradas em áudio e vídeo, com a autorização dos participantes. Ainda, os centros acadêmicos trouxeram as demandas de alunos de outros cursos querendo compor a roda, então, elas foram abertas a todos os que se interessassem pelo tema na IES, embora com o convite específico aos estudantes (de todos os períodos), docentes e à coordenação do curso de graduação em terapia ocupacional¹⁷. Na Tabela 2, sintetizamos o número de participantes em cada universidade.

Sobre a execução da atividade, primeiramente foi apresentada uma síntese dos resultados preliminares gerais da pesquisa, tanto quanto aos documentos como em relação às entrevistas feitas. Feito o panorama

Tabela 2. Relação de participantes em cada Universidade.

Rodas de Conversas	
Universidade	Nº de Participantes
UNESP-Marília	28
UFSCar	33
UNIFESP	21
USP-RP	19
USP-SP	25

geral, a discussão se deteve nos resultados da IES em que a roda estava acontecendo.

O coletivo identificou que foi criado um ambiente que favoreceu o diálogo e em que se debateram caminhos, propostas, possibilidades e necessidades acerca da população travesti e transexual na formação graduada em terapia ocupacional. Ademais, foi possível discutir como agir profissional, ética e tecnicamente, com pessoas travestis e transexuais. Os alunos relataram o despreparo dentro de sua formação graduada e a insegurança frente à possibilidade de serem chamados a atuar com essas pessoas. Ainda, trouxeram como os programas e diretrizes também não eram conhecidos e o impacto que este (des) conhecimento pode trazer na prática.

Por fim, dentre os caminhos para aparar as arestas, uma estratégia bem aceita foi a inserção do tema em disciplinas existentes, assim como considerar a revisão curricular em processo em algumas IES um momento oportuno para tal.

4 “Sei que não dá para mudar o começo, mas se a gente quiser, vai dar para mudar o final”¹⁸

Frente ao exposto na pesquisa, como construir outra realidade da terapia ocupacional com a população travesti e transexual?

O caminho antevisto por nós, que também foi apresentado como possível nas rodas, juntamente com a dificuldade de criação de novas disciplinas e de um corpo docente que conseguisse transmitir um conhecimento consistente, seria tratar a temática mais transversalmente em disciplinas já existentes, garantindo sua presença. Entender quais considerações são levadas em conta numa internação hospitalar quando uma pessoa travesti ou transexual é internada, se apropriar de quais estratégias a saúde pública deve lançar mão para se aproximar destas pessoas, apreender dimensões de tais vivências pelos sujeitos nos diferentes cursos de vida. Cabe a discussão dentro da área de reabilitação física, se aproximando, por exemplo, de pesquisas que se propõem a investigar o uso de hormônios e seu impacto nos ossos e articulações. Também cabe inserir essa população ao estudarmos os processos econômico-sociais, a inserção no mercado de trabalho formal, nas estratégias de economia solidária. No campo social, compreender os processos que podem levar esta população à desfiliação, quais redes vão construindo dentro ou fora das margens, de que

forma a vivência da travestilidade e transexualidade impacta a inserção social de tais sujeitos. Estes são caminhos possíveis.

No que se refere às intervenções de terapia ocupacional, pressupõe-se que a profissão tem muito a contribuir com esta população, seja na construção de projetos de vida, na ampliação da participação social, no auxílio nas novas atividades/ocupações/afazeres, trabalhando a corporeidade, na luta pela ampliação e na garantia da efetivação de direitos, na interlocução em atendimentos humanizados, independentemente do setor ou do serviço.

É preciso investir também nas possibilidades para além das demandas gerais, que não estão atreladas à vivência travesti e transexual, onde, mesmo para essas intervenções, é preciso que o profissional esteja preparado para receber essas pessoas, criando, como sugere Beagan et al. (2013), um ambiente transpositivo, no qual estas pessoas se sentirão acolhidas.

Ainda, inserir a temática na formação graduada é se comprometer com a qualificação de profissionais que já estão sendo chamados a intervir com este público nos diferentes equipamentos sociais, sejam públicos ou privados. Além disso, desperta para a possibilidade de ampliação de atuação da profissão, com a incorporação de terapeutas ocupacionais em serviços para além daqueles em que a profissão se insere, tradicionalmente.

Cabe pontuar que a maioria dos estudantes que referiu ter conhecimento sobre a temática aponta os movimentos estudantis como espaços formadores também nesse âmbito, sendo, portanto, importante os cursos valorizarem e incentivarem a vinculação dos graduandos aos mesmos, visto que são espaços ricos de formação complementar com vivências de distintas ordens.

Entende-se também que esperar que o tema venha da prática para que tenha espaço de discussão na formação graduada é corroborar com a violência tão presente no cotidiano destas pessoas, visto que parte dos graduandos e graduados em terapia ocupacional continuarão alheios às demandas desta população. É preciso uma formação que desperte a sensibilidade, a empatia com estes sujeitos e crie rupturas na histórica exclusão, estigmatização e transfobia com estas pessoas e com seus corpos. É construir pontes para ações qualificadas e éticas.

Então, nos caminhos a seguir vai se demarcando qual terapia ocupacional se quer construir: aquela que reforça os estereótipos de gênero, a da invisibilidade de outras diversidades ou uma terapia ocupacional que se abre, de fato, aos tantos modos como a vida vai se impondo e que propõe a atualizar e incorporar conhecimentos que consigam lidar com as diferentes demandas sociais.

Referências

- ALMEIDA, G. S. Reflexões iniciais sobre o processo transexualizador no SUS a partir de uma experiência de atendimento. In: ARILHA, M.; LAPA, T. S.; PISANESCHI, T. C. *Transexualidade, travestilidade e direito à Saúde*. São Paulo: Oficina Editorial, 2010. p. 117-148.
- ANDRADE, L. N. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.
- BARBOSA, B. C. O Brasil “travesti”: percursos e percalços das noções de travesti e transexual. *História Agora*, São Paulo, v. 1, n. 14, p. 5-33, 2013.
- BEAGAN, B. L. et al. Working with transgender clients: learning from physicians and nurses to improve occupational therapy practice. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, Ottawa, v. 80, n. 2, p. 82-91, 2013.
- BENEDETTI, M. R. *Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005. (Gênero e Sexualidade; Homossexualidade e Cultura).
- BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006. (Sexualidade, Gênero e Sociedade).
- BENTO, B. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos; 328).
- BORBA, R. *(Des) aprendendo a “ser”*: trajetórias de socialização e performances narrativas no Processo Transexualizador. 2014. 206 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 6, de 19 de Fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 4 mar. 2002.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (Sujeito e História).
- CARVALHO, M. F. L. *Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Saúde) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- DUQUE, T. *Montagens e desmontagens: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência*. 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.
- DUQUE, T. *Gêneros incriveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por*. 2013. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas, 2013.
- FIGUEIREDO, L. C. et al. Abordagens bioéticas e deontológicas do novo código de ética profissional para terapeutas ocupacionais no Brasil. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 171-178, 2017.

- HAHN, M. *O processo de escolha de áreas de especialidade dos recém-graduados em terapia ocupacional: a opção pela psiquiatria e saúde mental*. 196 f. Tese (Doutorado em Ciências Médicas/Saúde Mental) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- HAHN, M.S.; LOPES, R. E. Diretrizes para a formação de terapeutas ocupacionais - percursos e perspectivas. *Proposições*, Campinas, v. 14, n. 1(40), p. 121-139, 2003.
- JESSOP, N. Occupational therapy with a Male-to-Female transsexual: a case study. *British Journal of Occupational Therapy*, Londres, v. 56, n. 9, p. 322-324, 1993.
- KENEBÁNIAN, A.; STOMPH, M. *Diversity matters: guilding principles on diversity and culture*, a WFOT project. Western Australia: WFOT, 2009. Disponível em: <<http://www.wfot.org/wfot2010/program/pdf/0554.pdf>> Acesso em: 1 out. 2016.
- KHANNA, S.; DESAI, N. G.; CHANNABASAVANA, S. M. A treatment package for transsexualism. *Behavior Therapy*, United States, v. 18, n. 2, p. 193-199, 1987.
- KULICK, D. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2008.
- LEITE JUNIOR, J. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.
- LEITE JUNIOR, J. Labirintos conceituais científicos, nativos e mercadológicos: pornografia com pessoas que transitam entre gêneros. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 38, p. 99-128, 2012.
- LEITE JUNIOR, J. Travestis brasileiras e exotismo sexual. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 50, n. 1, p. 41-47, 2014.
- LOPES, R. E. A formação do terapeuta ocupacional: considerações sobre a trajetória de 50 anos no Brasil. In: CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE TERAPIA OCUPACIONAL, 5., 2004, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Associação Cearense de Terapia Ocupacional, 2004. Disponível em: <http://www.reneto.org.br/wp-content/uploads/2017/07/formacao_terapeuta_ocupacional-3.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2015.
- LOPES, R. E.; PAN, L. C. O ensino de terapia ocupacional social nas universidades públicas do Estado de São Paulo. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 103-111, 2013.
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MELLO, L. et al. Políticas públicas de trabalho, assistência social e previdência social para a população LGBT no Brasil: sobre desejos, realizações e impasses. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 132-160, 2013.
- MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, 2009.
- MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. *Revista Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, p. 255-267, 2007.
- MONZELI, G. A. *Em casa, na pista ou na escola é tanto babado: espaços de sociabilidade de jovens travestis*. 2013. 89 f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- PELÚCIO, L. *Abjeção e Desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.
- PELÚCIO, L.; DUQUE, T. Depois, querida, ganharemos o mundo: reflexões sobre gênero, sexualidade e políticas públicas para travestis adolescentes, meninos femininos e outras variações. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 10-43, 2013.
- POPE, K.; DAVYS, D.; TAYLOR, J. Professionalism, personal taste and social inclusion: does it matter what clients wear? *British Journal of Occupational Therapy*, Londres, v. 71, n. 4, p. 165-167, 2008.
- SÃO PAULO. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. *Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual*. São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, 2015. Disponível em: <<http://www.justica.sp.gov.br/portal/site/SJDC/menuitem.bffb88220a0efda8e345f391390f8ca0?vgnextoid=dfcdcc533f73e310VgnVCM10000093f0c80aRCRD&vgnnextchannel=dfcdcc533f73e310VgnVCM10000093f0c80aRCRD&vgnnextfmt=default>>. Acesso em: 1 dez. 2015.
- SOARES, L. B. T. *Terapia ocupacional: lógica do capital ou do trabalho? Retrospectiva histórica da profissão no Estado brasileiro de 1950 a 1980*. 1987. 243 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1987.
- TEIXEIRA, F. B. *Dispositivos de dor: saberes-poderes que (com)formam as transexualidades*. São Paulo: Annablume, 2013.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – FMRP. Departamento de Neurociências e Ciências do Comportamento. Curso de Terapia Ocupacional. *Projeto Pedagógico*. Ribeirão Preto, 2013?.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO – UNESP. Faculdade de Filosofia e Ciências. Conselho de Curso de Terapia Ocupacional. *Projeto Pedagógico do Curso de Terapia Ocupacional*. Marília, 2012?.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional*. São Carlos, 2011. Atualizado com alterações aprovadas na Ata da 25ª Reunião Ordinária do Conselho de Graduação em 12 de dezembro de 2011.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP. Curso de Terapia Ocupacional. *Projeto Político Pedagógico*. Santos, 2014.
- WORLD FEDERATION OF OCCUPATIONAL THERAPISTS – WFOT. *Therapists Statement on Human Rights*. Forrestfield, 2006.
- WORLD FEDERATIONS OF OCCUPATIONAL THERAPISTS – WFOT. *Tomada de Posição face à Diversidade e Cultura*. Forrestfield, 2010.

Contribuição dos Autores

Este texto é um dos produtos que integram a pesquisa de iniciação científica e o trabalho de conclusão de curso de Jaime Daniel Leite Junior, realizados sob orientação da Prof^a. Dr^a. Roseli Esquerdo Lopes; ambos participaram da elaboração, redação e revisão do texto e aprovaram sua versão final.

Fonte de Financiamento

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq/UFSCar - 2013-2014 e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Processo nº 2014/19572-7.

Notas

- ¹ Miskolci (2009, p. 156-157) esclarece que “[...] a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’ da heterossexualidade”.
- ² Miskolci e Pelúcio (2007) apontam que o termo *queer performatividade* foi associado à *performance*, sugerindo que este se voltaria para uma capacidade dos sujeitos rebelarem-se frente às normas de gênero. Para eles, Butler, em “Bodies that matter”, retomou e esclareceu o conceito de performatividade, desassociando-o do voluntarismo contido na ideia de representação do “papel de gênero”, com a construção para si de um corpo que expresse e marque uma escolha do sujeito que adota uma identidade. Ao contrário, ela demonstrou que a performatividade se baseia na reiteração de normas que são anteriores ao agente e que, sendo permanentemente reiteradas, materializam aquilo que nomeiam.
- ³ Para Butler (2013, p. 38), “[...] gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”.
- ⁴ World Federation of Occupational Therapists.
- ⁵ Instituídas por meio da Resolução nº 6/2002 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, de 19/02/2002.
- ⁶ No encontro com as coordenações foram apresentados os objetivos da pesquisa, solicitados os documentos relacionados e o contato dos egressos. Especificamente, a entrevista buscou reunir dados sobre formação e experiência docente dos coordenadores, assim como sobre o histórico e momento atual do curso, proposições do projeto político-pedagógico e a formação em torno da travestilidade e transexualidade.
- ⁷ Na entrevista com alunos egressos foram apresentados os objetivos da pesquisa, perguntou-se sobre a trajetória feita na graduação, observações com relação ao projeto político-pedagógico do curso e a formação e experiências em torno da temática de travestilidade e transexualidade.
- ⁸ Na entrevista com docentes foram apresentados os objetivos da pesquisa, buscou-se reunir dados sobre a formação e experiência docente, como também sobre o histórico e momento atual do curso, proposições do projeto político-pedagógico e a formação em torno da travestilidade e transexualidade.
- ⁹ Sem se restringir a esse aspecto, no que tange à ética, esta pesquisa foi também submetida e aprovada por processo junto à Plataforma Brasil (Parecer nº 282.798).
- ¹⁰ Na revisão trabalhou-se com a literatura disponível eletronicamente, entretanto, o texto de 1993, “*Occupational therapy with a Male-to-Female transsexual: a case study*”, foi acessado a partir da coleção impressa disponível na biblioteca da UFSCar.
- ¹¹ Leite Junior (2012, p. 114) aponta que “Assim, como Don Kulick (2008) já havia notado, travesti em nosso país é uma classificação local, não se referindo ao conceito clínico de travestismo. O importante a ressaltar é que transexual e travesti são categorias científicas, referentes a patologias psíquicas, ao mesmo tempo em que travesti também é uma classificação nativa brasileira vinda da cultura popular e midiática”. Esta observação não anula nem recusa a existência de outras travestilidades pelo mundo.
- ¹² Nos resultados, não foram consideradas as cartas dos/as leitores/as.
- ¹³ (1) *avoid his fantasizing excessively about his sexual experiences and keep him occupied and (2) facilitate the process of modeling, social skills training, and fantasy training by asking him to take on a male role*”.
- ¹⁴ *To improve M’s physical presentation in her chosen gender role, with particular attention to dress, make-up and hair; To develop M’s confidence in her new role; To facilitate decision making and formation of plans for the future*”.
- ¹⁵ Entendem-se como cisgênero as pessoas que seguem a linearidade de sexo-gênero, ou seja, vagina-mulher e pênis-homem.

- ¹⁶ Situação Problema é um recurso de aprendizagem comumente usado nos cursos que utilizam as metodologias ativas. Nelas são apresentados casos, e a partir disso, são elencadas perguntas teóricas para estudo e discutem-se intervenções.
- ¹⁷ Com a ampliação do convite, estiveram presentes graduandos e graduados dos seguintes cursos, além de Terapia Ocupacional: Arquivologia, Assistência Social, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Direito, Educação Física, Engenharia Elétrica, Fisioterapia, Jornalismo, Letras, Linguística, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Relações Internacionais, Saúde Pública e Serviço Social.
- ¹⁸ Trecho do Poema “Só de Sacanagem”, de Elisa Lucinda.